

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 04 de janeiro de 2021 às 08h09*  
*Seleção de Notícias*

## R7 | BR

Pirataria

**Pirataria pode render até 10 anos de prisão nos EUA . . . . . 3**

## UOL Tecnologia | BR

Marco regulatório | INPI

**Só por uma fruta? Apple briga com app por uso de logotipo similar; entenda . . . . . 5**  
MARCOS BONFIM

## Pirataria pode render até 10 anos de prisão nos EUA



**Pirataria** pode render até 10 anos de prisão nos EUA - Notícias - R7 Tecnologia e Ciência **Pirataria** pode render até 10 anos de prisão nos EUA Sofia Pilagalho, do R7\* Medida faz parte do pacote de estímulos fiscais assinado pelo presidente Donald Trump no último domingo (27) 2020-12-31T12:21:00-03:00 2020 -12-31T12:29:16-03:00

-->

R7.com Menu Principal A FAZENDA Home A Fazenda CORONAVÍRUS Home Coronavírus JR 24H Home Eleições 2020 Política Economia Economize Internacional Resumo R7 Tecnologia & Ciência Saúde Cidades Agronegócio Educação R7 Ensina Hora 7 Carros Previsão do Tempo Brasil São Paulo Distrito Federal Rio de Janeiro Minas Gerais Pernambuco ENTRETENIMENTO Home de Entretenimento Cinema e Séries Estrelando Famosos e TV Games Música Trilha de Sexta Vagalume Viagens LIFESTYLE Home de Lifestyle Beleza Bem-Estar Bichos Casa e Decoração Comidas Dietas Filhos Moda Vartz Home Vartz Papo de Pele PodVartz Seguro para Todos ESPORTES Home de Esportes Automobilismo e-Sports Esportes Olímpicos Fora de Jogo Futebol Lance Mais Esportes BLOGS NOTÍCIAS André Azeredo Arquivo Vivo Augusto Nunes Autos Carros Christina Lemos Eduardo Olimpio Empreendendo Direito Heródoto Barbeiro Moto, Segurança e Trânsito Nosso Mundo O Conservador Tecnológico NOTÍCIAS O que é que eu faço, Sophia ? R7 Planalto Refletindo sobre a notícia Todos os Blogs ESPORTES Cosme Rímoli Lu-abpi.empauta.com

cas Pereira Sílvio Lancellotti Só Esportes ENTRETENIMENTO Apuração HQ Flavio Ricco Keila Jimenez Literatura Odair Braz Jr. Ziriguidum LIFESTYLE É de Comer Gustavo Sarti Mão de Vacca com Estilo Procura-se Cachorro RECORD TV Home de Record TV Programação A Fazenda 12 Amor Sem Igual Balanço Geral Balanço Geral Manhã Canta Comigo Especial All Stars Canta Comigo Teen Câmera Record Cidade Alerta Domingo Espectacular Escrava Mãe Esporte Fantástico Fala Brasil Fim de Ano Game dos Clones Gênesis Hoje em Dia Hora do Faro Jornal da Record Novela Jesus RecordTV Europa RecordTV Interior SP Record News The Love School TV Digital Vídeos +R7 PlayPlus Podcasts R7 Cupons R7 Estúdio Vídeos Love School Universal Mundo Record R7 Apps R7 Trilhas Sonoras Studio AD Ressoar Facebook Twitter

Instagram

Busca do Portal R7 Buscar

R7.com Tecnologia e Ciência **Pirataria** pode render até 10 anos de prisão nos EUA compartilhamentos **Pirataria** pode render até 10 anos de prisão nos EUA Medida faz parte do pacote de estímulos fiscais assinado pelo presidente Donald Trump no último domingo (27) Streaming ilegal pode dar até 10 anos de prisão nos EUA

Tecnologia e Ciência | Sofia Pilagalho, do R7\*

31/12/2020 - 12h21 (Atualizado em 31/12/2020 - 12h29)

Compartilhe:

Link copiado! A- A+ Objetivo é punir "serviços comerciais de **pirataria** de streaming com fins lucrativos" Freepik

Entre as medidas que constam no pacote de estímulos fiscais de US\$ 900 bilhões (aproximadamente R\$ 4,67

Continuação: Pirataria pode render até 10 anos de prisão nos EUA

trilhões) assinado pelo presidente Donald Trump no último domingo (27) está uma nova lei que pune com até dez anos de prisão e multa os streamers que piratearem grandes quantidades de conteúdo protegidos por **direitos** autorais.

O "**Protecting** Lawful Streaming Act" (em tradução livre para o português, "Lei de Proteção ao **Streaming** Legal"), apresentado no início deste mês pelo senador republicano Thom Tillis, especifica que a lei não se aplica a pessoas que usam serviços de streaming ilegais ou "indivíduos que acessam streams pirateados ou inadvertidamente reproduzem **cópias** não autorizadas de obras protegidas por **direitos** autorais".

Segurança: saiba como proteger suas contas nas redes sociais Mais de 360 mil ameaças digitais foram criadas diariamente em 2020 Golpistas vendem ingressos para festas falsas da virada em Ilhabela

O objetivo é punir "serviços comerciais de **pirataria** de streaming com fins lucrativos" que ganham dinheiro com streaming ilegal de material protegido por **direitos** autorais, prática que, segundo Tillis, custa à economia dos EUA cerca de US\$ 30 bilhões por ano (aproximadamente R\$ 155,7 bilhões).

No ano passado, o Departamento de Justiça acusou dois programadores de computador de Las Vegas, em Nevada, por piratear ilegalmente milhares de horas de programas de televisão da Netflix e Hulu e transmiti-los em sites chamados iStreamItAll e Jetflicks. Um homem admitiu ter ganhado mais de US 1 milhão (R\$ 5,19 milhões) com suas operações de **pirataria**.

"Esta legislação de bom senso foi elaborada com a contribuição de criadores, grupos de usuários e empresas de tecnologia e é estritamente direcionada para que apenas organizações criminosas sejam punidas e nenhum streamer individual tenha que se preocupar com o medo de processo", afirmou o senador em um comunicado.

O projeto tem o apoio de cinco senadores democratas e quatro republicanos, além de dois grupos, entre eles a Public Knowledge, um grupo de defesa do consumidor, que classificou o projeto de lei como "sob medida" para que não afete os usuários regulares da **internet**.

"Agradecemos a decisão do senador Tillis de divulgar o texto de sua proposta e sua liderança em trazer grupos de consumidores para a mesa, ouvir nossas preocupações e trabalhar para evitar riscos para os usuários finais e streamers legítimos e plataformas de streaming", disse em comunicado a conselheira jurídica da Public Knowledge, Meredith Rose.

Em uma resposta separada, a National Association of Broadcasters disse que "apoia fortemente" a lei.

**\*Estagiária do R7** sob supervisão de Giovanna Orlando

streamers lei medidas conteúdo quantidades presidente prisão multa estímulos pacote

Compartilhe:

Link copiado!

## Só por uma fruta? Apple briga com app por uso de logotipo similar; entenda



O conflito entre a pera e a maçã parece próximo do fim. Ou melhor dizendo, entre o Prepear, um aplicativo de receitas e planejamento de refeições, e a Apple, gigante de tecnologia, que entrou com um aviso de marca registrada em agosto por considerar que havia similaridades entre os logos das duas empresas.

Passados alguns meses, o caso parece próximo de uma resolução. Os procedimentos para julgamento foram suspensos por 30 dias no órgão responsável por processos que envolvem marcas registradas e patentes nos Estados Unidos, a pedido da própria Apple.

De acordo com o órgão, ao deferir o pedido, as empresas "estão ativamente engajadas em negociações para a resolução deste assunto". Agora, as companhias têm até o dia 23 de janeiro para posicionar a entidade sobre as suas resoluções. Caso não o façam, o processo será retomado de imediato.

A pausa no litígio não impede, porém, que uma das partes decida por retomar a ação.

Como tudo começou

Para a fabricante do iPhone, o logo do Prepear, embora uma pera, "consiste em um desenho minimalista de frutas com uma folha em ângulo reto, que prontamente lembra o famoso logotipo da Apple e cria uma impressão comercial semelhante".

A empresa Super Healthy Kids, responsável pelo Prepear, respondeu criando uma petição com o nome "Save Pear from Apple", (Salve a pera contra a maçã, em tradução livre), que hoje já conta com quase 270 mil assinaturas.

No texto, o fundador da companhia Russell Monson acusou a Apple de se opor a pequenas empresas com logotipos relacionados a frutas, iniciando ações legais caras, mesmo quando as logomarcas não guardam similaridades com a da Apple ou quando os negócios pertencem a outros segmentos de mercado.

Ele também afirmou que o negócio é muito pequeno, com apenas 5 membros, e que os custos legais já tinham levado ao desembolso de milhares de dólares e à dispensa de um membro da equipe.

Gradiente

Aqui no Brasil, a companhia norte-americana tem um processo que deve seguir o mesmo do caso Prepear: o acordo. A ação é pelo uso da marca "iPhone", em caso que envolve a IGB Eletrônica (ex-Gradiente). Em 2000, a então Gradiente solicitou o registro da "G Gradiente iphone" no **INPI** (Instituto Nacional da Propriedade Industrial), autorização que só foi conferida em 2008.

À época, o iPhone já era um sonho de consumo mundial. Em 2013, a Apple tentou invalidar o registro. Após idas e vindas pelos órgãos do judiciário, o caso chegou ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) em 2018, que determinou que à IGB seria garantido o uso restrito de "G Gradiente iphone" e, à Apple, o de "iPhone".

Continuação: Só por uma fruta? Apple briga com app por uso de logotipo similar; entenda

A empresa brasileira não gostou da decisão e recorreu ao STF (Supremo Tribunal Federal). No começo de dezembro, o ministro Dias Toffoli determinou a suspensão do processo e o encaminhamento dos autos para o Centro de **Mediação** e Conciliação (CMC) do STF, recém-criado para buscar e implementar soluções consensuais.

## Índice remissivo de assuntos

**Direitos Autorais**  
3

**Pirataria**  
3

**Marco regulatório | INPI**  
5

**Arbitragem e Mediação**  
5